



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 04 /2017.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 04 /2017, que versa sobre a abertura de crédito especial, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para o Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (VAN), conforme Portaria 1.056, de 24 de maio de 2016 para Aquisição de Equipamentos adequados para diagnóstico nutricional e alimentar adequado e humanizado.

Desta forma, na procura da legitimidade e esmero de nossos trabalhos, e em acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, encaminhamos o presente projeto de lei, para apreciação, discussão e votação, por parte desta egrégia Câmara, bem como cópias dos extratos do FNS e bancário, no qual se evidencia o recebimento do recurso.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de estima e distinta consideração.

Eng. Paulo de Frontin, 30 de março de 2017.

  
**JAULDO DE SOUZA BALTHAZAR FERREIRA**  
Prefeito Municipal

**APROVADO**  
Em Votação Única  
Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin  
Em 10/4/17

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Recebido em 30/03/17  
Hora: 16:23  
ASS. [assinatura]

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Protocolo nº 1381 de 30/03/17  
Livro nº 04 Flº 26/27  
ASS. [assinatura]



**:: Extrato das Contas Individuais**

Origem do Extrato:

GOVCONTA-CAIXA

GovConta CAIXA:

4763600005

Conta Referência:

4763/006/00624006-1

Nome:

FMS ENG.P. DE FR FNSINVAN

Período:

de: 29/12/2016 até: 18/01/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
03/01/2017	000001	CRED TED	18.000,00C	18.000,00C
09/01/2017	569371	APLICACAO	18.000,00D	0,00
18/01/2017	-	Saldo Atualizado		0,00







Rio Grande do Sul	1.268.737,39	1.268.737,39
Roraima	18.471,61	18.471,61
Santa Catarina	2.640.398,81	2.640.398,81
São Paulo	23.176.644,81	23.176.644,81
Sergipe	274.398,81	274.398,81
Tocantins	222.215,02	222.215,02
Total	36.280.642,90	36.280.642,90

## PORTARIA Nº 1.056, DE 24 DE MAIO DE 2016

Habilita os Municípios que receberão recursos financeiros para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a publicação da Portaria nº 2.975/GM/MS, de 14 de dezembro de 2011, que apoia financeiramente os Municípios e o Distrito Federal para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional nas Unidades Básicas de Saúde e Polos do Programa Academia da Saúde;

Considerando a necessidade de estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional para um diagnóstico nutricional e alimentar adequado e humanizado por meio do provimento de equipamentos adequados para esse fim;

Considerando a Portaria nº 1.634/GM/MS, de 19 de julho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável;

Considerando as Portarias nº 2.296/GM/MS, de 23 de outubro de 2014, nº 2.664/GM/MS, de 04 de dezembro de 2014, nº 2.848/GM/MS, de 29 de dezembro de 2014, nº 48/GM/MS, de 20 de janeiro de 2015, nº 56/GM/MS, de 29 de janeiro de 2015, nº 762/GM/MS, de 17 de junho de 2015, nº 807/GM/MS, de 19 de junho de 2015, nº 1.022/GM/MS, de 21 de julho de 2015, nº 1.023/GM/MS, de 21 de julho de 2015, nº 1.600/GM/MS, de 30 de setembro de 2015, nº 1.615/GM/MS, de 30 de setembro de 2015 e nº 1.117/GM/MS, de 29 de janeiro de 2016, que habilitam os Municípios ao recebimento do incentivo de custeio das ações do Programa Academia da Saúde; e

Considerando a Portaria nº 635/GM/MS, de 17 de abril de 2013, que homologa a adesão ao segundo ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQAB), resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios relacionados nos Anexos I e II a esta Portaria a receberem recurso financeiro para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da aquisição de equipamentos adequados, conforme disposto na Portaria nº 2.975/GM/MS, de 14 de dezembro de 2011.

§ 1º Os Municípios de que trata o Anexo I a esta Portaria são aqueles que possuem Unidades Básicas de Saúde (UBS) com equipes de atenção básica que realizaram adesão ao segundo ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), no ano de 2013, sendo contemplados e priorizados de acordo com a estratificação definida pelo PMAQ-AB a partir do extrato 1, conforme manual instrutivo estabelecido na Portaria nº 1.634/GM/MS, de 19 de julho de 2011, até o teto do recurso destinado à estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional no exercício financeiro 2016.

§ 2º Os Municípios de que trata o Anexo II a esta Portaria são aqueles com polos do Programa Academia da Saúde habilitados para recebimento de incentivo de custeio de acordo com as Portarias nº 2.296/GM/MS, de 23 de outubro de 2014, nº 2.664/GM/MS, de 4 de dezembro de 2014, nº 2.848/GM/MS, de 29 de dezembro de 2014, nº 48/GM/MS, de 20 de janeiro de 2015, nº 56/GM/MS, de 29 de janeiro de 2015, nº 762/GM/MS, de 17 de junho de 2015, nº 807/GM/MS, de 19 de junho de 2015, nº 1.022/GM/MS, de 21 de julho de 2015, nº 1.023/GM/MS, de 21 de julho de 2015, nº 1.600/GM/MS, de 30 de setembro de 2015, nº 1.615/GM/MS, de 30 de setembro de 2015 e nº 1.117/GM/MS, de 29 de janeiro de 2016, que habilitam os Municípios ao recebimento do incentivo do custeio das ações do Programa Academia da Saúde.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, como parte integrante do Bloco de Financiamento de Investimento do SUS, devendo onerar o Programa de Trabalho-10.306.2069.20QH.0001- Segurança Alimentar e Nutricional para a Saúde no valor total de R\$ 9.199.500,00 (nove milhões, cento e noventa e nove mil e quinhentos reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

## ANEXO I

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM RECURSO FINANCEIRO PARA ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA COM ADESAO AO SEGUNDO CICLO DO PMAQ-AB HOMOLOGADA.

UF	MUNICÍPIO	N DE UBS CONTEMPLADAS	VALOR DO REPASSE
AL	CRUZEIRO DO SUL	1	R\$ 12.000,00
AL	CORURUP	1	R\$ 12.000,00
AL	RIO LARGO	1	R\$ 12.000,00
AM	COARI	1	R\$ 12.000,00
AM	ITACOAÍARA	1	R\$ 12.000,00
BA	BRUMADO	1	R\$ 12.000,00
BA	CANDIAS	1	R\$ 12.000,00
BA	CATU	1	R\$ 12.000,00
BA	CRUZ DAS ALMAS	1	R\$ 12.000,00
BA	DIAS D'ÁVILA	1	R\$ 12.000,00
BA	GUANAMBI	1	R\$ 12.000,00
BA	IRECE	1	R\$ 12.000,00
BA	ITAMARAÍ	1	R\$ 12.000,00
BA	ITAPETINGA	1	R\$ 12.000,00
BA	JACOBINA	1	R\$ 12.000,00
BA	JAGUAQUARA	1	R\$ 12.000,00
BA	LUIS EDUARDO MAGALHÃES	1	R\$ 12.000,00
BA	MADRE DE DEUS	1	R\$ 12.000,00
BA	MUCURI	1	R\$ 12.000,00
BA	POCINHOS	1	R\$ 12.000,00
CE	AOITAZ	1	R\$ 12.000,00
CE	ARACATI	1	R\$ 12.000,00
CE	BARCENA	1	R\$ 12.000,00
CE	CASAVERA	1	R\$ 12.000,00
CE	EUSEBIO	1	R\$ 12.000,00
CE	HORIZONTE	1	R\$ 12.000,00
CE	IGUAU	1	R\$ 12.000,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	1	R\$ 12.000,00
CE	PACATUBA	1	R\$ 12.000,00
CE	RUSSAS	1	R\$ 12.000,00
ES	ATILIO VIVACOVA	1	R\$ 12.000,00
ES	BAIXO GUANDU	1	R\$ 12.000,00
ES	CASTELO	1	R\$ 12.000,00
ES	DOMINGOS MARTINS	1	R\$ 12.000,00
ES	FUNDÃO	1	R\$ 12.000,00
ES	GOVERNADOR GONZALEZ	1	R\$ 12.000,00
ES	ITABIRA	1	R\$ 12.000,00
ES	MOVALENÇA	1	R\$ 12.000,00
ES	NOVA VENÉCIA	1	R\$ 12.000,00
ES	PRESIDENTE KENNEDY	1	R\$ 12.000,00
ES	RIO NOVO DO SUL	1	R\$ 12.000,00
GO	SANTA MARIA DE JETIBA	1	R\$ 12.000,00
GO	AMERICANO DO BRASIL	1	R\$ 12.000,00
GO	CALDAS NOVAS	1	R\$ 12.000,00
GO	CERES	1	R\$ 12.000,00
GO	CIDADE OCIDENTAL	1	R\$ 12.000,00
GO	ITUMBARA	1	R\$ 12.000,00
GO	JATAÍ	1	R\$ 12.000,00
GO	MINEIROS	1	R\$ 12.000,00
GO	NOVO GAMA	1	R\$ 12.000,00
GO	PIRES DO RIO	1	R\$ 12.000,00
GO	PLANALINA	1	R\$ 12.000,00
MA	BALSAS	1	R\$ 12.000,00
MA	ALEM PARAIIBA	1	R\$ 12.000,00
MG	ALFENAS	1	R\$ 12.000,00





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012016052700039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1100722	AREAL	RS	4	5	8	5	15.000,00
1100723	ARMACAO DOS BUZIOS	RS	4	4	8	24.000,00	
1100724	AREAL DO BIAL	RS	4	4	4	12.000,00	
1100725	BOA VISTA	RS	4	4	0	12.000,00	
1100726	ROMES DE MACAUA	RS	4	4	0	10.000,00	
1100727	CACHOEIRAS DE MACAUA	RS	4	4	0	21.000,00	
1100728	CANTAGALO	RS	4	4	0	21.000,00	
1100729	CARMO	RS	4	4	0	2.800,00	
1100730	CASIMIRO DE ABREU	RS	4	4	0	21.000,00	
1100731	COMENDADOR LEY GASTRIAN	RS	4	4	0	21.000,00	
1100732	COBLEN	RS	4	4	0	11.000,00	
1100733	DAS BARBAS	RS	4	4	0	6.000,00	
1100734	ENGENHEIRO PAULO GEFRONIN	RS	4	4	0	6.000,00	
1100735	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100736	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100737	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100738	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100739	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100740	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100741	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100742	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100743	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100744	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100745	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100746	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100747	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100748	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100749	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100750	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100751	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100752	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100753	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100754	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100755	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100756	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100757	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100758	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100759	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100760	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100761	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100762	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100763	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100764	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100765	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100766	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100767	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100768	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100769	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100770	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100771	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100772	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100773	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100774	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100775	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100776	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100777	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100778	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100779	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100780	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100781	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100782	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100783	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100784	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100785	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100786	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100787	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100788	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100789	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100790	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100791	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100792	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100793	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100794	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100795	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100796	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100797	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100798	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100799	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100800	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100801	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100802	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100803	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100804	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100805	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100806	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100807	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100808	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100809	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100810	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100811	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100812	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100813	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100814	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100815	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100816	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100817	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100818	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100819	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100820	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100821	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100822	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100823	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100824	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100825	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100826	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100827	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100828	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100829	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100830	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100831	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100832	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100833	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100834	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100835	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100836	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100837	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100838	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100839	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100840	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100841	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100842	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100843	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100844	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100845	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100846	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100847	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100848	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100849	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100850	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100851	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100852	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100853	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100854	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100855	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100856	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100857	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100858	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100859	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100860	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100861	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100862	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100863	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100864	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100865	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100866	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100867	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100868	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100869	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100870	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100871	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100872	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100873	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100874	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100875	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100876	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100877	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100878	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100879	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100880	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100881	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100882	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100883	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100884	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100885	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100886	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100887	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100888	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100889	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100890	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100891	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100892	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100893	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100894	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100895	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100896	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100897	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100898	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100899	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100900	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100901	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100902	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100903	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100904	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100905	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100906	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100907	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100908	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100909	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100910	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100911	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100912	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100913	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100914	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100915	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100916	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100917	IGUARA GRANDE	RS	4	4	0	21.000,00	
1100918							



**Ministério da Saúde**  
**Gabinete do Ministro**

**PORTARIA Nº 2.975, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011**

*Apoiar financeiramente a estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional.*

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.246/GM/MS, de 18 de outubro de 2004, que institui e divulga as ações de vigilância alimentar e nutricional, no âmbito das ações básicas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 719/GM/MS, de 7 de abril de 2011, que institui o Programa Academia da Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica o incentivo para a construção das Academias da Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB);

Considerando o propósito da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada por meio da Portaria nº 2.715/GM/MS, de 17 de novembro de 2011, de melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição;

Considerando que as Academias de Saúde são espaços físicos para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, como o estímulo de hábitos alimentares mais saudáveis e a orientação de práticas corporais/atividade física;

Considerando a contribuição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS para a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente no que diz respeito ao monitoramento das condições de nutrição da população;

Considerando a realidade epidemiológica que indica a alimentação e nutrição como fatores de proteção importantes para os principais riscos de adoecimento e morte da população brasileira; e

Considerando o aumento do excesso de peso e da obesidade na população brasileira, e a necessidade de que as unidades de saúde estejam adequadamente ambientadas para o diagnóstico nutricional, resolve:

Art. 1º Ficam Apoiados financeiramente os Municípios e o Distrito Federal na estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional para um diagnóstico nutricional e alimentar adequado e humanizado, por meio do provimento de equipamentos adequados para esse fim.

Parágrafo único. Os equipamentos antropométricos a serem adquiridos pelos municípios e Distrito Federal devem observar, quando aplicável, a capacidade destes, de modo que permitam o diagnóstico da obesidade mórbida.

Art. 2º Os valores a serem transferidos para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional, são os seguintes:

I - R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) por pólo de academia da saúde; e

II - R\$ 3.000,00 (Três mil reais) por unidade básica de saúde.

§ 1º Caso o custo da estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional seja superior ao valor definido, os recursos adicionais serão complementados pelo próprio Município, pelo Distrito Federal ou pelo Estado.

~~§ 2º A execução do objeto deverá ocorrer no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento dos recursos. (Revogado pela PRT GM/MS nº 2883 de 26.11.2013)~~

Não havendo execução total ou parcial do objeto no prazo estabelecido, os recursos deverão ser restituídos ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), no prazo máximo de 30 dias, acrescidos dos respectivos rendimentos.

Art. 3º Os recursos para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional serão repassados na modalidade fundo a fundo, em parcela única anual, observando que:



I - a transferência dos recursos aos Municípios e Distrito Federal para as Academias de Saúde observará as disposições da Portaria GM/MS nº 1.402, de 15 de junho de 2011; e

II - a transferência dos recursos aos municípios e Distrito Federal para as Unidades de Saúde observará a estratificação definida pelo PMAQ-AB, iniciando-se pelo estrato 1, conforme Manual Instrutivo do programa estabelecido na Portaria nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011.

§ 1º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.232, de 1994;

§ 2º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no relatório de gestão previsto na Lei nº 8.142, de 1990, no Decreto nº 1.651, de 1995, e na Portaria nº 3.176/GM/MS, de 24 de dezembro de 2008; e

§ 3º O Sistema Nacional de Auditoria, com fundamento nos relatórios de gestão, acompanhará a conformidade da aplicação dos recursos transferidos, nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 1.232, de 1994.

Art. 4º O Ministério da Saúde, por meio da Coordenação- Geral de Alimentação e Nutrição/Departamento de Atenção Básica/ Secretaria de Atenção à Saúde, publicará Manual Orientador referente aos equipamentos antropométricos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 5º Os recursos orçamentários alusivos à presente Portaria são parte integrante do Bloco de Financiamento de Gestão do SUS e devem onerar o Programa de Trabalho 10.306.1214.8735.0001 - Alimentação e Nutrição para a Saúde, respeitado o limite orçamentário de despesa de capital desse Programa.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA**

---

**Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde**

---





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

PLO N °003/2017; 004/2017 e 005/2017.

**Ementa:** Projetos de Lei n° 003/2017, 004/2017 e 005/2017, que versam sobre a abertura de crédito adicional especial, respectivamente, nos valores de R\$ 16.176,00, R\$ 18.000,00 e R\$ 156.782,00, no âmbito do município de Engenheiro Paulo de Frontin e da outras providências.

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPF, apresenta as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

**Relatório**

Tratam-se de Projetos de Lei n° 003/2017, 004/2017 e 005/2017, de autoria do Poder Executivo, que versam sobre a abertura de crédito adicional especial, respectivamente, nos valores de R\$ 16.176,00, R\$ 18.000,00 e R\$ 156.782,00, no âmbito de Engenheiro Paulo de Frontin e da outras providências.

**Mérito**

Quanto ao mérito, diante do que consta dos projetos de lei, à apreciação desta Comissão, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento desta Comissão, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. O aspecto redacional não apresenta dualidade ou dificuldades em sua interpretação, não sendo




constatada nenhuma falha, omissão ou obscuridade. Ante o exposto, opinamos no sentido de aprovação da matéria por esta comissão.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.


É o VOTO. Aos demais pares das Comissões.

Plenário da Câmara, 10/04/2017.




Alex Papa Alves

Presidente da C.F.O



Jeferson Adriano Gomes Moreira

Membro da C.F.O



Júlio Cesar da Silva Sereno

Membro da C.F.O



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PLO 003/2017; 004/2017 e 005/2017.

**Ementa:** Projetos de Lei nº 003/2017, 004/2017 e 005/2017 que versam sobre a abertura de crédito adicional especial, respectivamente, nos valores de R\$ 16.176,00, R\$ 18.000,00 e R\$ 156.782,00, no âmbito do município de Engenheiro Paulo de Frontin, e da outras providências.

O Presidente das Comissões de Legislação Justiça e Redação Final com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPP, apresenta as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

**Relatório**

Tratam-se de Projetos de Lei Nº003/2017, 004/2017 e 005/2017, de autoria do Poder Executivo, que versam sobre a abertura de crédito adicional especial, respectivamente, nos valores de R\$ 16.176,00, R\$ 18.000,00 e R\$ 156.782,00, no âmbito do município de Engenheiro Paulo de Frontin, e da outras providências

**Mérito**

Quanto ao mérito, diante do que consta do projeto de Lei, à apreciação desta Comissão, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento desta Relatoria, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. Vale ressaltar que o aspecto redacional não apresenta dualidade ou dificuldades em sua interpretação, não sendo constatada nenhuma falha, omissão ou obscuridade. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação da matéria por esta comissão.



Sendo assim, opinamos pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o VOTO. Aos demais pares da Comissão.

Plenário da Câmara, 06/03/2017.

Alex Papa Alves  
Presidente da C.L.J.R.F

Jeferson Adriano Gomes Moreira  
Membro

Rosângela de Carvalho Passos Goda  
Membro



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

## Requerimento: Nº 006 /2017

“Solicita a tramitação dos Projetos de Lei que especifica em Regime de urgência e dá outras providências”.

### Senhor Presidente:

Os Vereadores que a este subscrevem, nos termos regimentais vigentes, **Requerem** a Mesa, ouvido o Plenário, a tramitação dos Projetos de Lei Nº003/2017, 004/2017 e 005/2017, sob o **Regime de Urgência regimental**, nos termos do artigo 123, parágrafo 3º, inciso VII, do Regimento Interno Cameral.

### JUSTIFICATIVA

A solicitação de urgência se funda na necessidade da rápida tramitação do projeto, que versa sobre a abertura de créditos adicionais, já protocolizados na Câmara Municipal, tendo em vista que a municipalidade tem urgência em receber os recursos orçamentários descritos nos referidos projetos.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 10 de Abril de 2017.

*[Handwritten signatures and marks on the document]*

**APROVADO**

Em Votação Única  
Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin

Em 10/04/17

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Protocolo nº 006 de 10/04/17  
Fls. 01  
Ass. [Assinatura]





Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Eng.º Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

## Andamento Processual

Processo nº CM 1381/2017 Data 30/03/17  
Origem Executivo Processo nº \_\_\_\_\_  
Assunto Projeto de Lei nº 004/2017  
Prazo \_\_\_\_\_ Terminado do Prazo \_\_\_\_\_

## Despacho

Da Secretaria da Câmara para expediente Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

Recebido pela Mesa em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Da Mesa para: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recebido pela Comissão em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Convocada reunião da Comissão para: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## Da tramitação em Plenário:

### Andamento do Processo

Dado em Plenário em 30/03/2017

Encaminhado para Comissão S.E.A

foram aprovados em votação única por unanimidade